

Dura da C x T

Renegociação inovadora

Esperava-se para breve o anúncio de um acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma vez que, como assinalamos em editorial anterior, aquela instituição concordava com o programa de estabilização que o governo vem colocando em prática, ficando pendente de acerto apenas o volume das transferências que o Brasil deveria fazer aos bancos credores a partir de 1991. Mas, como já se tornou habitual no governo Collor, a conclusão dos entendimentos foi divulgada de surpresa no feriado do último dia 7.

Como declarou o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, que participou das conversações finais nos Estados Unidos, o governo brasileiro não se comprometeu com nenhum montante para pagamentos de juros aos bancos. Isso é interpretado como significando que o acordo, a ser formalizado nesta semana através de uma carta de intenção do Brasil ao FMI, saiu como desejava o atual governo, que parte agora para o cumprimento de novas etapas do calendário que estabeleceu para renegociação da dívida externa.

Firmada a carta, contendo metas que as autoridades monetárias brasileiras conside-

ram possível cumprir, o País se credencia a receber um crédito "stand-by" de US\$ 2 bilhões do FMI, a ser desembolsado em seis parcelas até fevereiro de 1992. De imediato, serão retomadas as negociações com os governos representados no Clube de Paris e, a partir de outubro, com os bancos internacionais.

Há alguns pontos que, a nosso ver, estão, desde já, bastante claros. Primeiro, o governo não está disposto a obedecer a uma política objetivando a obtenção de elevados saldos na conta de comércio para viabilizar pagamentos de encargos sobre a dívida, conquanto deva reiniciar o pagamento de juros no ano que vem, pondo fim à moratória tácita em vigor desde julho do ano passado. De acordo com essa orientação, não deverá haver, segundo afirmou a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, "um comprometimento quanto a metas de inflação ou recessão para retomar os pagamentos da dívida". Entende-se que o propósito do governo continua sendo o de criar

condições para que a economia possa voltar a crescer em 1991 a uma taxa de 3%.

O dado-chave para compreensão da inovação que representa o atual acordo com o FMI é o superávit fiscal, no conceito operacional, que ficaria neste ano em 1,22% do Produto Interno Bruto (PIB) ou 0,5%, se excluídas as receitas provenientes do programa de privatização das empresas. Para o próximo exercício, como foi anteriormente divulgado, a meta é de 1% do PIB ou 0,2%, não levando em conta os recursos gerados pela chamada reforma patrimonial.

É a consecução dessas metas que calibrará as transferências aos credores externos. Em outros termos, o governo não pretende voltar a agravar a dívida interna mediante a obtenção de vultosos superávits comerciais, que resultariam da injeção de bilhões de cruzeiros na economia. De forma coerente, não deverá alterar também a política de câmbio flutuante.

Com o aval do FMI a essa postura, o que se espera é que a comunidade financeira internacional se abra a verdadeiras negociações, abandonando exigências inflexíveis. Não parece que deva haver problemas maiores com o Clube de Paris, mas é previsível que alguns grandes bancos resistam a esse novo "approach".

Para aplainar o caminho das negociações, a serem conduzidas pelo embaixador Jório Dauster, as autoridades brasileiras já esclareceram que não pretendem passar por cima do comitê assessor dos bancos, que deverá ser o interlocutor principal. Apenas gostariam que o comitê agregasse representantes dos pequenos bancos, mais interessados na liquidação de compromissos que lhes são devidos, mesmo com substancial desconto.

Se essa reivindicação será ou não aceita é o que se verá no decorrer das próximas semanas. O essencial é que o atual governo, cuja gestão está prestes a completar seis meses, depois de ter tomado ousadas medidas para ordenar a economia interna, galga o primeiro degrau na renegociação externa de forma igualmente renovadora.